

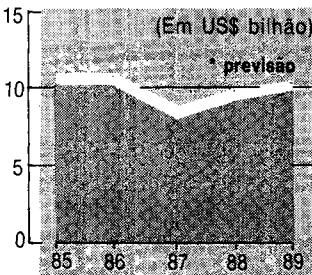
# Crédito de US\$ 600 milhões não afasta risco de moratória

0 GLOBO 6861

CRISTINA CHACEL

## Juros da dívida

O Governo prevê pagar US\$ 10,1 bilhões de juros em 1989.



— Não acredito em mudança substancial na negociação da dívida. O ano brasileiro é de eleições e o atual Governo está sem respaldo para a execução de um programa ousado para a contrapartida de um novo acordo. Os bancos credores, de seu lado, estão em compasso de espera, pois não têm garantia de que um acordo feito hoje vá ser seguido pela nova administração — analisa.

De outro lado, Maria Sílvia admite que a administração Bush nos Estados Unidos indica uma mudança no cenário da endividada América Latina, cujos países, em sua opinião, estão a reboque das ideias de redução do estoque da dívida, lançadas nos meios acadêmicos e no Congresso americano. A economista considera ainda que o Brasil perdeu sua chance de aproveitar a moratória, quando decretada no momento em que o Governo tinha maior respaldo político, durante o Plano Cruzado, porque não obteve sucesso em seu programa econômico interno. Agora, uma moratória exigiria um programa interno e um projeto mais flexível de ne-

gociação da dívida.

— A linha do Governo hoje é atrasar remessas, como fez em janeiro, e tentar negociar um empréstimo-ponte para o pagamento dos juros — avalia.

O professor Francisco Eduardo observa, por sua vez, que nos últimos dois anos o fluxo de capital para o Brasil, segundo o Banco Central, foi negativo. Os empréstimos, portanto, não cobrem a amortização do principal da dívida, que sofreu redução de US\$ 11 bilhões ao longo de 1988 (de US\$ 121 bilhões no final de 1987 para US\$ 110 bilhões este ano). Desta redução, aproximadamente US\$ 4 bilhões ele atribui à alta do dólar, que afetou o estoque mensurado em moeda americana, uma vez que 32% do principal foram contratados em outras moedas.

Se os recursos esperados — e já em atraso, como os US\$ 600 milhões com liberação prevista para dezembro passado — não entrarem, a consequente queda das reservas brasileiras exigirá a decretariação de uma nova moratória, segundo Francisco Eduardo que, entretanto, acha pouco provável o bloqueio dos empréstimos externos. Ele lembra que de 15 de janeiro para cá alguns exportadores estão antecipando o ingresso de dólares referentes à receita de vendas no exterior, o que garante uma melhoria no fluxo de caixa.

O professor acredita também que as novas condições políticas, criadas com as mudanças no Governo americano e nos governos da América Latina, apontam para uma flexibilização na mesa de negociação. E para a mesma direção apontam as novas condições econômicas, uma vez que os bancos credores, tanto dos Estados Unidos quanto da Europa, estão mais preparados para não receber parte de seus créditos.